

3. CONTRATOS-PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2019 – EMPRESAS MUNICIPAIS:

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal as minutas de contratos programa das seguintes empresas municipais e respetivos pareceres prévios:

- a) TUB-EMPRESA DE TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA;**
- b) BRAGAHABIT - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA, E.M.;**
- c) IB - AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÔMICA, E.M.;**

As referidas minutas de contratos-programa, dão-se como reproduzidas e transcritas e vão ser arquivadas em pasta anexa ao livro de atas depois de rubricadas por todos os membros presentes na reunião.



TUBIER

Contrato Programa 2019

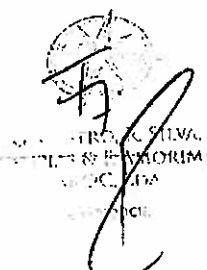
G. CASTRO, P. SILVA
A. DIAS S. F. AMARAL
SR. C. L. D.
Gerência

Sandra Argente
P

Índice

ÍNDICE.....	3
CONTRATO-PROGRAMA – 2019	5
CLÁUSULA 1ª – OBJETO	6
CLÁUSULA 2ª – OBRIGAÇÕES E DIREITOS.....	6
CLÁUSULA 3ª. – JUSTIFICAÇÃO E MEDIDAS DE EFICÁCIA E EFICIÊNCIA	8
CLÁUSULA 4ª – MONTANTE GLOBAL E ESCALONAMENTO DO PAGAMENTO.....	9
CLÁUSULA 5ª – VIGÊNCIA DO CONTRATO.....	10
CLÁUSULA 6ª – INTEGRAÇÃO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL.....	10
APÊNDICE I – PROJEÇÃO DAS VENDAS DE PASSES COM DESCONTOS SOCIAIS – ANO 2018 (*).....	11
APÊNDICE II – RESULTADO EXPLORAÇÃO DAS LINHAS – 1º SEMESTRE 2018	12
APÊNDICE III – MAPA DA REDE REGULAR 2018	14
APÊNDICE IV – RESUMO.....	15

Sandra Aguiar



CONTRATO-PROGRAMA – 2019

1. Considerando que a empresa pública municipal, TUB – Empresa Transportes Urbanos de Braga – E.M. (adiante designada por TUB) assegura, no âmbito das suas atribuições enquanto empresa do setor empresarial local de capital totalmente detido pelo Município de Braga (adiante designado simplesmente por Município), a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros no concelho de Braga;
2. Considerando que, no quadro da conceção de um serviço de manifesto interesse público que visa garantir a mobilidade das populações residentes em todas as freguesias do concelho de Braga é atribuída aos TUB a exploração de linhas que servem zonas de baixa densidade populacional e/ou incluem carreiras em horários de reduzida afluência de utentes, de onde decorre que tais linhas sejam por natureza deficitárias;
3. Considerando que os TUB podem exercer, nos termos estatutários, atividades acessórias relacionadas com o seu objeto principal;
4. Considerando que, a par do referido propósito de disponibilização de transporte a toda a população do concelho nos horários em geral pretendidos pelas populações, o Município inscreve nas suas preocupações de coesão social a prática de preços do transporte que facilitem a mobilidade de pessoas de mais baixos recursos e/ou com especiais necessidades de deslocação por razões que se relacionam com as necessidades do seu dia a dia, especialmente os estudantes;
5. Considerando que as obrigações de índole social que o Município se impõe em matéria de transporte coletivo de passageiros estão atribuídas aos TUB, cujo objeto social principal consiste precisamente na "prestação de serviço público de transporte de passageiros", entidade cuja criação e desenvolvimento foi, aliás, pensada precisamente com o objetivo de cumprir essa missão;
6. Considerando que os TUB devem apresentar resultados anuais equilibrados, conforme disposto no nº 1 do artigo 40.º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais;
7. Considerando que os TUB vem efetivamente apresentando resultados equilibrados, sendo que nos últimos cinco exercícios conseguiu resultados líquidos anuais positivos (depois de impostos), sendo que nesses cinco exercícios só em 2013 registou prejuízo;

Sandra Aguiar

8. Considerando que, não obstante o considerando anterior, o balanço da TUB reflete ainda resultados transitados negativos pelo montante de 6 156 763,19 euros, decorrentes de prejuízos reconhecidos nos exercícios subsequentes à sua constituição em 1999, considerando que o Município apenas efetuou transferências para cobrir os prejuízos verificados nos exercícios de 2006, de 2008, de 2009 e de 2013;
9. Considerando que, nos termos do art.º31.º/n.º 2 da Lei n.º53-F/2006, de 29/12 e do art.º 40.º/n.º2 da Lei n.º50/2012, de 31/8, o Município, enquanto acionista único, deveria ter efetuado transferências financeiras para equilibrar os resultados de exploração dos TUB;
10. Considerando que o Município é o acionista único dos TUB, e que são de aplicar as regras definidas na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, inclusive em matéria de equilíbrio financeiro das contas das empresas do setor empresarial local,

É celebrado o presente contrato-programa, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª – Objeto

O presente contrato, celebrado nos termos da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, tem por objeto o estabelecimento dos termos e condições em que as partes se obrigam com o propósito de assegurar o pagamento pelo Município aos TUB de compensações justificadas pela disponibilização de transporte que esta assegura, em condições de preço equiparáveis às praticadas nas demais situações, em zonas de baixa densidade populacional e/ou em horários de fraca afluência de utentes, bem como pela prática de preços reduzidos por razões sociais, consubstanciada no estabelecimento dos preços dos títulos de assinatura de transporte (passes) com vários níveis de descontos, moldados segundo as diversas categorias de utentes.

Cláusula 2ª – Obrigações e Direitos

1. Os TUB obrigam-se a executar as atividades referidas na cláusula anterior, assumindo a pretendida prática de preços abaixo do preço de mercado nos casos em que tal propósito decorra da política social definida pelo Município e nas respetivas condições, bem como a disponibilizar carreiras em linhas intrinsecamente deficitárias em razão dos objetivos de servir zonas de habitação dispersa e afastada da cidade com adequada cobertura dos horários adequados às necessidades dos utentes.

2. Com vista à cobertura do défice de rendimentos decorrente das condições de exploração referidas no parágrafo anterior, o Município obriga-se a conceder diretamente aos TUB uma compensação financeira (subsídio à exploração) no montante de 5 501 515,43 euros, a que acrescerão as transferências providas da Administração Central – tudo conforme estimativas a seguir resumidamente enunciadas e com expressão quantificada nos documentos juntos como Apêndices I a IV.

3. Partindo do tarifário base fixado pelo Município, que se assume como preço de mercado enquanto valor proposto aos utentes indiferenciados, computa-se, à luz da experiência passada e das projeções para o final do corrente exercício de 2018, que os efeitos na redução dos rendimentos decorrentes da atribuição de títulos de transporte em condições beneficiadas se cifre em 5 215 840,05 euros, conforme apuramento desenvolvido no Apêndice I. Seguidamente, computa-se qual a parte do défice gerado pelas carreiras das linhas com gastos superiores aos rendimentos que não é coberto pelo superavit das linhas lucrativas, conforme Apêndice II, onde se expressa um défice global de 194 725,83 euros para o primeiro semestre do corrente exercício de 2018 – valor que linearmente extrapolado para o final do exercício conduz à estimativa, para compensar a insuficiência de rendimentos das linhas deficitárias, de uma necessidade de financiamento anual de 389 451,66.

4. Nos termos expressos no número 3. anterior, computam-se em 5 605 291,71 euros as necessidades de financiamento para assegurar aos TUB a exploração da sua atividade em condições comparáveis àquelas que ocorreriam em condições normais de mercado

5. Paralelamente tomam-se em conta, a deduzir às necessidades de financiamento, os rendimentos consubstanciados nas transferências financeiras que o Município fará para os TUB relativamente às participações da Administração Central relativas a descontos sociais aplicados aos passes 4_18@escola.pt e sub23@superior.tp, cujos valores se estimam, respetivamente, com base nos valores finais projetados para 2018, em 15 168,69 Euros e 88 607,59 Euros – no total de 103 776,28 euros.

6. Tudo ponderado, conclui-se pela necessidade da compensação financeira suprarreferida no número 2, de 5 501 515,43 conforme vem expresso no Resumo do Apêndice IV, onde também se desenvolvem notas explicativas dos cálculos efetuados.

Cláusula 3ª. – Justificação e medidas de eficácia e eficiência

Nos termos do nº 2 do artigo 47º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, explicitam-se os seguintes aspetos quanto ao presente contrato-programa.

1. **Fundamento** – A razão determinante do presente contrato programa consiste na execução dos propósitos do Município em assegurar, por via dos TUB, a universalidade e continuidade do serviço de transporte de passageiros no concelho de Braga, satisfazendo as necessidades básicas dos cidadãos em condições de discriminação positiva de classes sociais especialmente carenciadas de apoio nessa área, tendo presente o imperativo de promover a coesão económica e social local, de acordo com os princípios orientadores definidos no nº 1 do artigo 46º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, designadamente:

a) prestar os serviços de interesse geral na respetiva circunscrição, procurando eliminar/reduzir a desvantagem das populações residentes em zonas mais distantes da cidade e de habitação mais dispersa;

b) promover o acesso, em condições financeiras equilibradas, da generalidade dos cidadãos a bens e serviços essenciais, procurando adaptar as taxas e as contraprestações devidas às reais situações dos utilizadores, à luz do princípio da igualdade material;

num quadro de construção de soluções de sustentabilidade em termos ambientais e de desenvolvimento equilibrado do território.

2. **Finalidade** – Pretende-se assegurar a eliminação ou atenuação da discriminação relativa à mobilidade das pessoas decorrente das situações de carência económica e do local de residência, proporcionando uma efetiva possibilidade de deslocação em condições de qualidade e tempo adequadas às necessidades de cada um. Têm-se naturalmente presentes as particularidades dos cidadãos pertencentes a grupos socioeconómicos mais dependentes do transporte público, tais como idosos, estudantes e pessoas de mobilidade reduzida (deficientes) – estabelecendo-se adequada discriminação positiva através da atribuição de descontos sociais de nível variado nos títulos de assinatura mensal (passes), aprovados pelo Município e vendidos pelos TUB, bem como assegurar a cobertura integral do serviço de transporte coletivo de passageiros às 37 freguesias do concelho de Braga, de forma a promover a coesão social e territorial.



Junta-se, como Apêndice III, um Mapa da Rede Regular dos TUB que define a atual área de intervenção.

3. Montantes – Os valores previstos no presente contrato, calculados nas condições e tendo por base os pressupostos referidos acima, foram ajustados em sede de negociação prévia entre os TUB e o órgão executivo do Município, nos termos do nº 4 do artigo 47º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, tendo por base o valor dos descontos sociais concedidos em 2018 e o défice das linhas não lucrativas – conforme se concretizou acima.

4. Medida de eficácia e eficiência – A avaliação do cumprimento dos objetivos cuja realização o presente contrato-programa pretende garantir será medida essencialmente pela eficácia conseguida em termos de efetiva cobertura com rede regular de transporte de passageiros de todas as 37 freguesias do concelho de Braga, por via da manutenção das linhas que vêm elencadas no Apêndice II e conforme refletido também no mapa que constitui o Apêndice III, bem como promover que pelo menos 182 000 mil carregamentos anuais de passes com descontos sociais sejam feitos durante o ano de 2019.

A monitorização será garantida, por um lado, por via da análise da efetiva disponibilização de carreiras em horários adequados em todas as linhas da operação, segundo as exigências de cada uma – conforme publicitação no sítio dos TUB na internet e através da análise de eventuais solicitações, reparos ou queixas dos utentes e, por outro lado, pela análise do efetivo grau de adesão à aquisição de títulos de transporte em condições beneficiadas.

Adicionalmente, será mantido um sistema de contabilidade analítica que permita uma adequada avaliação da rentabilidade (positiva ou negativa) de cada uma das linhas de transporte – o que, para além do conhecimento retrospectivo do resultado de cada uma, será aproveitado para o estudo de eventuais ajustes do número de carreiras e ou de horários.

Na perspetiva da eficiência na utilização dos recursos, ter-se-á especialmente em conta a análise comparativa da evolução das diversas categorias de gastos, à luz também da evolução do nível de atividade (mais ou menos carreiras, mais ou menos passageiros, etc.)

O relatório de gestão fará relato dos graus de eficácia e de eficiência conseguidos.

Cláusula 4ª – Montante global e escalonamento do pagamento

1. Os montantes apurados no presente contrato-programa perfazem o valor total de 5 605 291,71, donde, excluindo o montante de 103 776,28 euros de transferências provenientes da Administração Central, decorre o valor de 5 501 515,43 assumido como subsídio global a atribuir pelo Município.

2. O pagamento do referido subsídio de 5 501 515,43 euros será processado em doze prestações mensais de 458 459,62 euros, devendo o restante valor relativo às transferências da Administração Central, valor estimado em 103 776,28 euros, ser transferido para os TUB, pelo montante total recebido, logo que seja abonado ao Município.

Cláusula 5ª – Vigência do Contrato

O presente contrato-programa, que vai acompanhado do parecer do fiscal único, produz efeitos no próximo ano de 2019, e é celebrado por proposta do órgão executivo do Município para aprovação pela Assembleia Municipal, conforme dispõe o nº 5 do artigo 47.º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto.

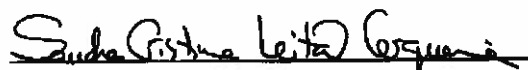
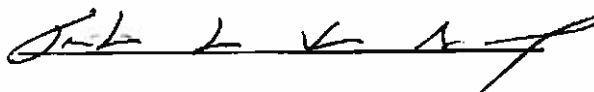
Cláusula 6ª – Integração nos Instrumentos de Gestão Previsional

Os valores do presente contrato-programa integrarão os Instrumentos de Gestão Previsional dos TUB para o ano em causa, sendo os mesmos acompanhados do parecer do fiscal único nos termos da alínea j) do nº 6 do artigo 25.º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

Braga, 23 de outubro de 2018.

Pela Câmara Municipal de Braga

Pelos TUB



Apêndice I – Projeção das vendas de passes com descontos sociais – ano 2018 (*)

Quantidade

PASSES/ CATEGÓRIAS	01	02	03	TOTAL
Estudante:				
25%	16 417	3 009	10 257	29 683
50%	2 344	4 126	9 316	15 786
75%	0	0	0	0
100%	27 750	14 260	6 800	48 810
4_18	832	151	346	1 329
Sub23	5 681	661	1 929	8 271
Sub-total	50 024	22 207	26 648	103 879
Reformado/Terceira Idade/TRL	29 483	9 578	65 424	104 485
Jovem Múncipe	2 312	742	2 127	5 181
Def./Acomp.	89	65	2 889	3 043
TOTAL	84 908	32 592	99 088	216 588

(Valores em €)

PASSES/ CATEGÓRIAS	01	02	03	Reform. Idade	Reform. TRL	Desconto
Estudante:						
25%	315 206,40 €	83 048,40 €	325 659,75 €	723 914,55 €	962 674,20 €	238 759,65 €
50%	29 768,80 €	75 918,40 €	198 430,80 €	304 118,00 €	606 980,90 €	302 862,90 €
75%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
100%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 516 517,50 €	1 516 517,50 €
4_18	8 403,20 €	2 219,70 €	5 882,00 €	16 504,90 €	41 345,45 €	24 840,55 €
Sub23	57 378,10 €	9 716,70 €	32 793,00 €	99 887,80 €	250 287,60 €	150 399,80 €
Sub-total	310 756,50 €	170 903,20 €	582 765,55 €	1 144 425,25 €	3 379 905,55 €	2 333 880,40 €
Reformado/T/TRL	193 113,65 €	87 159,80 €	778 545,60 €	1 058 819,05 €	3 879 905,55 €	2 821 086,50 €
Jovem Múncipe	44 380,40 €	20 479,20 €	67 532,25 €	132 401,85 €	176 275,20 €	43 873,35 €
Def./Acomp.	1 106,90 €	1 161,20 €	7 659,50 €	9 927,60 €	127 427,40 €	117 499,80 €
TOTAL	649 367,45 €	279 703,40 €	1 416 502,90 €	2 345 573,75 €	7 561 415,80 €	5 215 840,05 €

(*) Considerando:

Projeção, a 31 de dezembro de 2018 das quantidades vendidas por títulos de transporte com desconto:

- Quantidades efetivas vendidas para utilização de janeiro a setembro de 2018;
- Quantidades efetivas vendidas para utilização em outubro, novembro e dezembro de 2017;
- Tarifário em vigor para o ano de 2018;
- Descontos calculados em função do preço do passe normal.

Sandra Aguiar

Apêndice II – Resultado Exploração das Linhas – 1º Semestre 2018

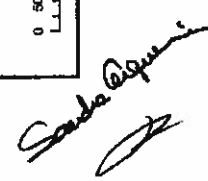
Linha	Gastos	% Gastos	Rendimentos	% Rendimentos	Saldo
Linha 2	287 377,47 €	4,87%	378 107,06 €	6,63%	90 729,59 €
Linha 3	37 370,82 €	0,63%	19 559,02 €	0,34%	- 17 811,79 €
Linha 5	166 170,71 €	2,82%	126 099,03 €	2,21%	- 40 071,68 €
Linha 6	44 923,58 €	0,76%	35 527,21 €	0,62%	- 9 396,37 €
Linha 7	332 192,84 €	5,63%	426 936,55 €	7,49%	94 743,70 €
Linha 8	8 649,29 €	0,15%	1 622,53 €	0,03%	- 7 026,76 €
Linha 9	138 413,94 €	2,35%	142 356,83 €	2,50%	3 942,89 €
Linha 12	58 979,95 €	1,00%	49 731,26 €	0,87%	- 9 248,69 €
Linha 13	117 026,98 €	1,98%	77 158,11 €	1,35%	- 39 868,87 €
Linha 14	125 219,15 €	2,12%	88 309,77 €	1,55%	- 36 909,38 €
Linha 18	102 191,07 €	1,73%	113 983,54 €	2,00%	11 792,47 €
Linha 19	61 512,92 €	1,04%	55 579,01 €	0,97%	- 5 933,91 €
Linha 20	69 896,02 €	1,19%	64 333,91 €	1,13%	- 5 562,11 €
Linha 21	60 007,56 €	1,02%	51 503,33 €	0,90%	- 8 504,23 €
Linha 23	42 953,02 €	0,73%	25 143,85 €	0,44%	- 17 809,17 €
Linha 24	256 127,48 €	4,34%	284 909,03 €	5,00%	28 781,55 €
Linha 31	25 592,56 €	0,43%	11 302,98 €	0,20%	- 14 289,57 €
Linha 32	68 946,42 €	1,17%	47 289,96 €	0,83%	- 21 656,46 €
Linha 33	137 739,06 €	2,34%	148 803,20 €	2,61%	11 064,14 €
Linha 34	13 571,29 €	0,23%	8 006,87 €	0,14%	- 5 564,41 €
Linha 35	83 394,65 €	1,41%	49 615,72 €	0,87%	- 33 778,93 €
Linha 36	63 646,42 €	1,08%	44 898,90 €	0,79%	- 18 747,52 €
Linha 37	103 447,06 €	1,75%	68 160,38 €	1,20%	- 35 286,68 €
Linha 38	28 843,31 €	0,49%	18 138,99 €	0,32%	- 10 704,32 €
Linha 39	22 421,04 €	0,38%	17 695,77 €	0,31%	- 4 725,27 €
Linha 40	157 661,07 €	2,67%	159 808,42 €	2,80%	2 147,35 €
Linha 41	161 485,91 €	2,74%	182 053,24 €	3,19%	20 567,33 €
Linha 42	2 748,73 €	0,05%	2 461,89 €	0,04%	- 286,85 €
Linha 43	135 846,56 €	2,30%	217 922,21 €	3,82%	82 075,64 €
Linha 44	1 783,55 €	0,03%	338,22 €	0,01%	- 1 445,33 €
Linha 45	172 506,36 €	2,93%	198 353,61 €	3,48%	25 847,25 €
Linha 46	6 427,79 €	0,11%	1 824,66 €	0,03%	- 4 603,13 €
Linha 50	20 942,23 €	0,36%	11 299,94 €	0,20%	- 9 642,29 €
Linha 52	78 869,56 €	1,34%	60 230,00 €	1,06%	- 18 639,56 €
Linha 53	42 522,26 €	0,72%	25 271,48 €	0,44%	- 17 250,78 €
Linha 54	19 496,97 €	0,33%	12 586,13 €	0,22%	- 6 910,84 €

Sandra Albuquerque

Linha	Gastos	% Gastos	Rendimentos	% Rendimentos	Saído
Linha 57	27 258,93 €	0,46%	19 621,77 €	0,34%	- 7 637,16 €
Linha 58	102 382,77 €	1,74%	86 171,28 €	1,51%	- 16 211,50 €
Linha 59	52 676,96 €	0,89%	34 907,00 €	0,61%	- 17 769,96 €
Linha 60	15 384,33 €	0,26%	11 079,85 €	0,19%	- 4 304,47 €
Linha 63	72 563,14 €	1,23%	59 465,15 €	1,04%	- 13 097,99 €
Linha 66	65 289,50 €	1,11%	56 585,94 €	0,99%	- 8 703,56 €
Linha 70	16 806,17 €	0,29%	12 576,25 €	0,22%	- 4 229,92 €
Linha 72	43 409,46 €	0,74%	45 017,59 €	0,79%	1 608,13 €
Linha 73	168 163,81 €	2,85%	152 068,30 €	2,67%	- 16 095,51 €
Linha 74	282 251,75 €	4,79%	390 896,26 €	6,86%	108 644,51 €
Linha 76	3 403,38 €	0,06%	1 390,32 €	0,02%	- 2 013,06 €
Linha 80	62 964,89 €	1,07%	60 638,05 €	1,06%	- 2 326,85 €
Linha 81	24 228,60 €	0,41%	21 491,44 €	0,38%	- 2 737,16 €
Linha 83	28 775,39 €	0,49%	8 575,65 €	0,15%	- 20 199,74 €
Linha 84	30 874,95 €	0,52%	13 990,75 €	0,25%	- 16 884,20 €
Linha 85	119 993,71 €	2,04%	89 852,29 €	1,58%	- 30 141,41 €
Linha 87	221 088,09 €	3,75%	342 605,20 €	6,01%	121 517,12 €
Linha 88	74 978,85 €	1,27%	49 229,01 €	0,86%	- 25 749,84 €
Linha 89	47 044,48 €	0,80%	25 478,99 €	0,45%	- 21 565,48 €
Linha 90	270 801,46 €	4,59%	318 390,22 €	5,58%	47 588,76 €
Linha 91	49 471,59 €	0,84%	23 511,79 €	0,41%	- 25 959,81 €
Linha 92	7 117,72 €	0,12%	2 009,12 €	0,04%	- 5 108,59 €
Linha 93	27 542,05 €	0,47%	12 692,19 €	0,22%	- 14 849,86 €
Linha 94	124 109,82 €	2,10%	123 717,45 €	2,17%	- 392,36 €
Linha 95	336 865,75 €	5,71%	332 882,33 €	5,84%	- 3 983,42 €
Linha 96	205 996,06 €	3,49%	151 009,58 €	2,65%	- 54 986,47 €
Linha 900	9 832,01 €	0,17%	1 401,60 €	0,02%	- 8 430,41 €
Linha 907	22 004,90 €	0,37%	3 789,81 €	0,07%	- 18 215,09 €
Linha 911	4 272,01 €	0,07%	221,54 €	0,00%	- 4 050,47 €
Linha 914	13 825,10 €	0,23%	1 297,91 €	0,02%	- 12 527,19 €
Linha 920	14 760,08 €	0,25%	1 066,69 €	0,02%	- 13 693,38 €
Linha 928	7 444,85 €	0,13%	279,51 €	0,00%	- 7 165,34 €
Linha 933	7 359,04 €	0,12%	1 736,91 €	0,03%	- 5 622,13 €
Linha 935	4 723,27 €	0,08%	1 255,49 €	0,02%	- 3 467,78 €
Linha 937	4 447,71 €	0,08%	1 091,76 €	0,02%	- 3 355,95 €
Linha 942	4 765,89 €	0,08%	1 553,70 €	0,03%	- 3 212,18 €
Linha 943	38 557,71 €	0,65%	12 255,72 €	0,21%	- 26 301,99 €
Linha 945	4 680,47 €	0,08%	217,23 €	0,00%	- 4 463,24 €
Linha 949	21 107,91 €	0,36%	2 460,01 €	0,04%	- 18 647,89 €
Total	5 896 130,12 €		5 701 404,29 €		-194 725,83 €

Sandra Aguiar

a Gerência



Apêndice IV – Resumo

	Valores em €	
	Parcial	Total
ATIVIDADES EXPLORADAS EM CONDIÇÕES DE PREÇO INSUFICIENTE EM TERMOS DE MERCADO		
Descontos Sociais		
Estudantes	2 233 380,40	
Reformados/Terceira Idade/TRL	2 821 086,50	
Jovem Município	43 873,35	
Deficiente/acompanhante	117 499,80	5 215 840,05
Défica de exploração relativo a linhas deficitárias		389 451,66
SOMA		5 605 291,71
COMPENSAÇÕES PROVENIENTES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		
Descontos sociais aplicados aos passes 4_18@escola.tp		15 168,69
Descontos sociais aplicados aos passes Sub23@escola.tp		88 607,59
REMANESCENTE A SER TRANSFERIDO, EM PRESTAÇÕES MENSAIS, PELO MUNICÍPIO A TÍTULO DE SUBSÍDIO DE EXPLORAÇÃO		5 501 515,43

NOTAS EXPLICATIVAS:

Descontos Sociais

Quanto a esta rubrica de Descontos Sociais, que se consubstanciam na venda de títulos de transporte (passes) a preços inferiores aos de mercado, para as categorias de utentes que vêm indicadas no quadro acima, seguiram-se os seguintes critérios de quantificação:

- Partiu-se do tarifário base fixado pelo Município, o qual foi acolhido como preço de mercado enquanto valor efetivamente praticado pelos TUB relativamente aos utentes Indiferenciados a quem os TUB não confere qualquer apoio social;
- Seguidamente, levaram-se em consideração as diversas vertentes do estabelecimento de preços diferenciados, em baixa – no quadro das funções de ordem social atribuídas pelo Município aos TUB em matéria de transportes urbanos de passageiros, conforme segue e vem quantitativamente resumido no anexo que se junta com a designação de Projeção das vendas de passes com descontos sociais – ano 2018;
 - Para cada vertente de diferenciação dos preços estimaram-se, com base nas projeções efetuadas para 2018 e assumindo-as, à luz da efetiva realização até 100% como extrapoláveis para 2018, as quantidades de passes sociais de cada tipo (coroas 01, 02 e 03) que serão vendidas;

Por exemplo, para o caso dos estudantes a quem se atribui um desconto de 25% estimou-se que seria vendido em 2018 um total de 29 683 passes sociais, repartido por 16 417/coróa 01, 3 009/coróa 02, 10 257/coróa 03.

Sandra Aguiar

- ii. A seguir apurou-se o valor total que previsivelmente se viria a obter com a venda dos passes sociais, a que se chamou "Receita Direta";

Continuando com exemplo dos estudantes com desconto de 25%, apurou-se que os passes previsivelmente vendidos gerarão uma "Receita Direta" de € 723 914,55, repartida por € 315 206,40, € 83 048,40 e € 325 659,75, respetivamente para os passes tipo coroa 01, coroa 02 e coroa 03;

- iii. Depois, apurou-se a receita que seria obtida pela venda dos passes sociais na hipótese da prática do preço de mercado fixado pelo Município para os utentes indiferenciados – que podemos chamar "Receita Total" que, para o mesmo exemplo, se cifra em € 962 674,20;

- iv. A terminar, apurou-se o valor da coluna "Descontos" pela diferença entre a "Receita Total" e a "Receita Direta" – que no caso do mesmo exemplo é de € 238 759,65.

Linhas de Exploração Deficitária

Relativamente às linhas de exploração deficitária, que os TUB exploram para assegurar o transporte de passageiros em zonas de baixa densidade populacional e/ou a realização de carreiras em horários de reduzida procura, seguiram-se os seguintes critérios de quantificação:

- c) Computou-se, quanto ao primeiro semestre de 2018, o prejuízo efetivamente gerado pelas linhas de exploração deficitária, para localidades de baixa densidade de utentes e/ou com carreiras em horários de fraca afluência, que são mantidas no quadro das obrigações de serviço público de que o Município incumbiu aos TUB, apurando-se que esse prejuízo não era compensado pela exploração lucrativa das restantes linhas pelo montante de 194 725,83 – conforme anexo designado por Resultado Exploração das Linhas – 1º Semestre 2017 e elementos da contabilidade analítica que lhe vão juntos;
- d) Admitiu-se, pela experiência do passado, que no segundo semestre de 2018 se conseguiria um desempenho semelhante ao do primeiro semestre, com base no que se estimou que o prejuízo anual das linhas de exploração deficitária não coberto pela exploração das linhas lucrativas seria de 389 451,66 € ($194\,725,83 \times 2$) – assumindo-se o mesmo como valor de referência para estimar o subsídio adequado na vertente agora em apreciação;

Compensações provenientes da Administração Central

- e) Estimou-se, conforme notas anteriores, o montante de € 5 605 291,71 como necessário para assegurar aos TUB condições de exploração comparáveis com as de mercado – a

Sandra Casanova

G. CASTRO
A. DIAS
S. C.
a Gerência

partir do que se tomou, a abater, o montante de € 103 776,28 correspondente à soma dos valores que, por via do Município, aos TUB receberá da Administração Central nas verbas de €15 168,69 e de € 88 607,59, conforme explicitado no quadro acima;

- f) Esclarece-se que também os valores referidos na alínea anterior foram estimados para 2019 com base no que se verificou quanto a 2018.

Sandra Aguiar



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

TUB - EMPRESA TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, EM

PARECER PRÉVIO SOBRE O CONTRATO-PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2019

Introdução

1. Nos termos do disposto no art.º 25.º/n.º 6/alínea c) da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, incumbe-nos, na qualidade de fiscal único da **TUB — Empresa Transportes Urbanos de Braga, EM**, adiante designada por "**TUB**", emitir parecer prévio sobre a celebração dos contratos-programa entre a referida entidade e o Município de Braga, como entidade pública participante.
2. Vimos agora fazê-lo quanto a uma minuta de **CONTRATO-PROGRAMA para 2019**, que se anexa (documento com quinze folhas por nós rubricadas e carimbadas), e que globalmente prevê um subsídio à exploração a atribuir pelo Município no montante de 5 501 515 euros – a que acrescerão, enquanto valores a entregar pelo Município mas não encargo do mesmo, as comparticipações da Administração Central relativas aos passes 4_18@escola.pt e sub23@superior.pt, cujos montantes se estimam, respetivamente e com base nos valores finais projetados para o ano de 2018, em 15 169 euros e 88 608 euros - no total de 103 777 euros.
3. A TUB assegura, no quadro das suas atribuições enquanto entidade do setor empresarial local, a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros no concelho de Braga.
4. O subsídio em causa corresponde à contrapartida das obrigações assumidas pela TUB em matéria de prática de tarifas sociais e de exploração de linhas intrinsecamente deficitárias, cuidando de garantir a universalidade e continuidade do serviço público de transporte de passageiros como fator de promoção da coesão económica e social do concelho.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM. SROC, LDA

Responsabilidades

5. É da responsabilidade do conselho de administração da TUB o cálculo do valor do subsídio à exploração com base nos pressupostos que lhe estão subjacentes, tendo em conta os objetivos propostos e as condicionantes legais.

6. A nossa responsabilidade consiste em verificar a razoabilidade do cálculo do valor do referido subsídio à exploração, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

7. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incluindo designadamente os seguintes procedimentos:

- Análise de razoabilidade da informação de base ao apuramento dos parâmetros de cálculo da contrapartida económica;
- Verificação dos cálculos aritméticos subjacentes; e
- Revisão da consistência entre os dados quantitativos e a informação constante da minuta do Contrato Programa.

8. O cômputo do subsídio no montante supra referido de 5 501 515 euros assentou na quantificação dos seguintes efeitos:

- i. prática de preços beneficiados – em comparação com o tarifário base fixado pelo Município e que se assume como preço de mercado – por via da venda de “passes” com descontos de índole social; e
- ii. exploração de linhas deficitárias servindo zonas de menor densidade populacional;

correspondendo às diretivas traçadas pelo Município, no montante global de 5 605 292 euros – a que foram deduzidas as compensações que, embora a entregar à TUB pelo Município, serão oriundas da Administração Central, no montante de 103 777 euros.

9. A minuta do contrato prevê a forma de avaliação do grau de eficácia no cumprimento dos objetivos propostos e da eficiência na utilização dos recursos atribuídos em termos que, nas circunstâncias, nos parecem adequados.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Parecer

10. Com base no trabalho efetuado, consideramos que nada chegou ao nosso conhecimento que permita conduir, ou indici, que o valor do subsídio previsto não seja adequado à prossecução dos objetivos propostos.

11. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos, e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Braga, 26 de novembro de 2018.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

(SROC 153, CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, CMVM 20160219)

Câmara Municipal de Braga
Ficha do Cabimento

N.Seq.: 36774

DELIB.: TUB, EM/2018

Serviço Requiritante: 10 Câmara Municipal

Organica: 0105 Ação Social

Económica: 04010101 Empresas públicas municipais e intermunicipais

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

232 AÇÃO SOCIAL

2017/18 Contrato-Programa com a TUB, EM

Orçamento de GOP

Financiamento disponível:	5 341 050,00
Cabimentado:	5 341 001,00
Saldo:	49,00

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções	N. Seq.	Documento	Valor	
05/12/2018	19051					1,00	1,00 CONTRATO PROGRAMA COM A EMPRESA MUNICIPAL TUB, E.M., PARA O ANO 2019

Câmara Municipal de Braga

Ficha do Compromisso

N.Seq.: 40937

DOC.GENER: TUB, EM/2018

Serviço Requisitante: 10 Câmara Municipal

Cabimento prévio: DELIB.: TUB, EM/2018

Contrato:

Entidade: 10415 TUB - Transportes Urbanos de Braga, EM

NIF: 504807684

Orgânica: 0105 Ação Social

Económica: 04010101 Empresas públicas municipais e intermunicipais

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

232 AÇÃO SOCIAL

2017/18 Contrato-Programa com a TUB, EM

Data	Nº Lanç.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
05/12/2018	21203	1,00				1,00		CONTRATO PROGRAMA COM A EMPRESA MUNICIPAL TUB, E.M., PARA O ANO 2019
05/12/2018	21206					1,00	5 501 514,43	

Câmara Municipal de Braga

Comprovativo de Fundos Disponíveis

DOC.GENER: TUB, EM/2018

N.Seq.: 40937

Serviço Requisitante: 10 Câmara Municipal

Entidade: 10415 TUB - Transportes Urbanos de Braga, EM

Data	Período de Liquidação	2018		Anos Seguintes				Justificação (para Fundo Indisponível ou Exceção aos Fundos)
		F. Disponível	Valor	F Disp após	2019	2020	2021	
05/12/2018	dezembro	8 952 263,82	1,00	8 952 262,82				
05/12/2018	janeiro	0,00		-5 501 514,43	5 501 514,43			

CONTRATO-PROGRAMA

Entre a Câmara Municipal de Braga, adiante designada por Câmara, neste ato representada pelo seu Presidente Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e a Bragahabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M., representada pelo Administrador Executivo do Conselho de Administração Vítor Manuel Esperança Ribeiro;

Considerando que:

- A. O Apoio financeiro ao arrendamento de fogos a estratos sociais desfavorecidos efetuado pelo Município, foi transferido, por delegação de competências, para a empresa Bragahabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. com capitais totalmente detidos pela Câmara Municipal de Braga;
- B. Nos termos do Artigo. 5º dos respetivos Estatutos, a Bragahabit, E.M. tem como principal atribuição assegurar a gestão do parque habitacional da empresa e dos fogos de habitação social que sejam propriedade municipal - adquiridos, construídos ou arrendados para posterior subarrendamento - assim como o de proceder à conservação e manutenção dos edifícios que estão sob sua gestão;
- C. A Bragahabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. assegura também a promoção de mecanismos e processos de inclusão social e habitacional, através de ações individualizadas de acompanhamento às famílias, de implementação e participação em projetos e parcerias, bem como pela promoção de ações específicas de desenvolvimento comunitário nos bairros sociais;



- D. A Bragahabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. exerce outras atribuições que lhe estejam cometidas pelo Município de Braga nos domínios da ação social, educação e ensino;
- E. O valor dos rendimentos da Bragahabit, EM provêm das rendas socialmente atribuídas, cujo valor está dependente dos rendimentos dos agregados familiares mais carenciados, obtidos de acordo com a Lei 81/2014, de 19 de dezembro, alterada pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto;
- F. O valor dos rendimentos obtidos das rendas sociais são muito inferiores aos que poderiam ser alcançados por arrendamento livre no mercado do mesmo património municipal;
- G. A diferença entre as rendas sociais e as rendas de mercado consubstancia a grande parte do esforço financeiro que a Bragahabit, EM suporta em consequência da delegação de competência referidas no ponto A;
- H. O valor aproximado do esforço financeiro feito pela Bragahabit, EM, obtido da Contabilidade da empresa e do seu programa de gestão, supera 1,6 milhões de euros, conforme mapa de cálculo anexo a este documento;
- I. Bragahabit, EM não dispõe de rendimentos de atividades próprias que assegurem a cobertura do esforço financeiro acima descrito que permitam garantir o equilíbrio financeiro da empresa;
- J. Podem ser celebrados contratos-programa que atendam à prossecução de objetivos setoriais, em conformidade a Lei nº. 50/2012, de 31 de agosto, artº. 50º;

Assim:

Tendo em conta o esforço social financeiro direto da Bragahabit EM por praticar rendas de acordo com a Lei do Arrendamento Apoiado, apurado de acordo com os cálculos referido em Anexo, e de forma a garantir que o equilíbrio económico e financeiro desta empresa municipal, em conformidade com a Lei n.º 50/2012, solicita-se à CMB um apoio financeiro de 1.100.000,00 euros através da celebração de um contrato-programa.



Foi acordado a celebração do presente contrato-programa, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Objeto

O presente contrato-programa, celebrado nos termos do artº. 50º da Lei nº. 50/2012, de 31 de agosto, tem por objeto o estabelecimento das condições a que as partes se obrigam em ordem a assegurar a prossecução de objetivos setoriais da Bragahabit no âmbito do apoio ao arrendamento urbano a famílias de fracos recursos.

Cláusula 2ª

Obrigações e direitos das partes

1. A Bragahabit obriga-se a conceder apoios habitacionais nos termos anteriormente referidos, a estratos sociais carenciados nos termos da respetiva regulamentação em vigor e legislação aplicável.

2. A Câmara obriga-se a participar financeiramente na cobertura de parte dos encargos através da atribuição de um subsídio 1.100.000,00 (um milhão e cem mil euros), para o ano de 2019, a satisfazer em duodécimos.

Cláusula 3ª

Indicadores de eficácia e eficiência

O contrato-programa estabelecido entre os presentes subscritores tem por objeto assegurar a prossecução dos seguintes indicadores de eficácia e de eficiência:



O indicador de eficiência na utilização dos fogos permite avaliar a forma como a empresa está a cumprir o seu objetivo social, nomeadamente maximizando a utilização de fogos habitacionais detidos.

O elevado número de fogos devolutos atuais devem-se a sua necessidade de ocupação provisória na fase das obras de reabilitação dos bairros de St.^a Tecla e Enguardas.

A redução de fogos prevista par 2019 tem a ver com a demolição do bairro da Ponte dos Falcões.

Em 2019 o indicador terá uma eficiência elevada, porque estaremos a utilizar a capacidade instalada.

Indicador de utilização dos fogos			Meta
ANOS	2017	2018	2019
Nº. Fogos sob gestão	775	768	752
Nº. Fogos devolutos	62	58	5
Indicador	92,0%	92,4%	99,3%

O indicador de eficiência na atualização dos Rendimentos permite avaliar a forma como a empresa ajusta o valor dos rendimentos anuais dos seus beneficiários ao cálculo do valor das rendas ajustado, de acordo com a lei aplicável.

Os dados de 2018 referem-se a setembro, sendo nossa expectativa que o indicador de 2018 será maximizado.

Indicador de utilização de Rendimentos			Meta
ANOS	2017	2018	2019
Nº. de Processs Ativos	750	733	733
Nº. de Processs Atualizados	750	700	733
Indicador	100,0%	95,5%	100,0%

O indicador de eficácia nas cobranças, permite avaliar a capacidade da empresa em fazer cumprir os contratos de apoio social à habitação.

Apesar da descida gradual verificada, o indicador de incumprimento por parte dos nossos inquilinos continua muito elevado.

Indicador de eficácia nas Cobranças			Meta
ANOS	2017	2018	2019
Nº. de Processs Ativos	750	733	733
Nº. de Processs em atraso	475	450	350
Indicador	63,3%	61,4%	47,7%





Pela Bragahabit

ANEXO

CÁLCULO DO ESFORÇO FINANCEIRO

O esforço financeiro suportado pela Bragahabit - Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. em consequência da aplicação de rendas sociais às habitações sob sua gestão, por cumprimento da delegação de competências do Município de Braga, é apurado da forma seguinte:

A Bragahabit, EM regista na sua Contabilidade Analítica todos os dados relacionados com os contratos de Arrendamento Apoiado, de Subarrendamento apoiado, e Residências Partilhadas, bem como os dados referentes aos contratos de Arrendamento Comercial incluídos no Regime de Apoio Direto ao Arrendamento (RADA), estes extraídos diretamente dos contratos que livremente celebrados entre os cidadãos que apoiamos e os seus senhorios.

O cálculo da renda média de mercado utiliza a informação registadas nos contratos livres de mercado, referido no parágrafo anterior (contratos de arrendamento livremente contratadas entre os senhorios e os seus inquilinos), bem como a dos contratos de arrendamento que a Bragahabit celebra com os diferentes senhorios, para subarrendamento posterior.

A recolha da informação é resumida por Freguesia (ANEXO A).

Da informação anterior obtemos a renda média que seria aplicável ao mercado de arrendamento, sem apoio social - 246, 22 €. (ANEXO A).

O valor do esforço financeiro feito pela Bragahabit ao praticar rendas sociais calculadas de acordo com a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, alterada pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto, é dado pela diferença entre o valor da renda média apurada e o valor da renda social praticada, conforme extrato da Contabilidade, resumidos para cada regime de apoio respetivamente:

Arrendamento Apoiado (ANEXO A);



Subarrendamento (ANEXO B) ;

Residência Partilhada (ANEXO C).

Os quadros seguintes resumem a informação económica dos Anexos A, B e C, e o número de fogos previsivelmente ativos em 2019, o que permite o calculo das estimativas para o ano de 2019 em cada um dos regimes de apoio à habitação.

ANEXO A		
RENDA APOIADA		
PREVISÃO		
	MÉDIA MENSAL	2019
Número de processos atualizados (a)		510
Renda média e total das rendas de mercado (b)	246,22 €	1.506.886,32 €
Somatório das rendas sociais (c)	48,10 €	294.419,16 €
Esforço financeiro (d=a-b)	198,12 €	1.212.467,16 €

A: Quadro síntese da informação analítica- ANEXO 1: (a) coluna 2; (b) coluna 1 e 3; (c) 4

ANEXO B		
SUBARRENDAMENTO		
PREVISÃO		
	MÉDIA MENSAL	2019
Número de processos atualizados (a)		175
Renda média e total das rendas de mercado (b)	252,43 €	530.104,92 €
Somatório das rendas sociais (c)	96,99 €	203.690,16 €
Somatório Subsídios (d=a-b)	155,44 €	326.414,76 €

A: Quadro síntese da informação analítica- ANEXO 2: (a) coluna 2; (b) coluna 1 e 3; (c) 4



A: Quadro síntese da informação analítica- ANEXO 2: (a) coluna 2; (b) coluna 1 e 3; (c) 4.

Renda Apoiada	1.506.886,32 €
Subarrendamento	530.104,92 €
Residências Partilhadas	148.177,32 €
TOTAL - COM RENDA MÉDIA DOS MERCADOS	2.185.168,56 €
Renda Apoiada	294.419,16 €
Subarrendamento	203.690,16 €
Residências Partilhadas	8.518,56 €
TOTAL - COM RENDA MÉDIA DOS MERCADOS	506.627,88 €
VALOR TOTAL DO ESFORÇO SOCIAL À HABITAÇÃO	1.678.540,68 €

107 43

ARE08 - Resumo Informação financeira | Habitação Social

Bragahabit, E.M.

Tipo de Arrendamento: Arrendamento

Zona urbana:

Processo:

Nome do Inquilino:

Localidade imóvel:

ANEXO A

Freguesia	Renda média de mercado	Nº Contratos da Bragahabit com Inquilinos	Contratos da Bragahabit a valores mercado Anuais	Contratos da Bragahabit - renda média social	Contratos da Bragahabit a valores sociais Anuais	Valor Indemnização Compensatória
Braga		3,00		28,95	1 042,20	-1 042,20
Cividade	235,33	1,00	2 823,96	20,00	240,00	2 583,96
Dume	216,24	2,00	5 189,76	73,00	1 752,00	3 437,76
Ferreiros	223,57	11,00	29 511,24	63,09	8 327,88	21 183,36
Lomar	184,08	7,00	15 462,72	75,42	6 335,28	9 127,44
Maximinos	242,36	34,00	98 882,88	47,97	19 571,76	79 311,12
Palmela	220,00	1,00	2 640,00	176,00	2 112,00	528,00
Real	251,80	3,00	9 064,80	26,00	936,00	8 128,80
S. Lázaro	243,32	49,00	143 072,16	27,93	16 422,84	126 649,32
S. Vitor	248,18	253,00	753 474,48	40,80	123 868,80	629 605,68
S. Vicente	257,34	126,00	395 274,24	64,62	99 256,32	296 017,92
Sé	238,38	18,00	51 490,08	67,38	14 554,08	36 936,00
Total	246,22	510,00	1 508 886,32	48,10	294 419,16	1 212 467,16

b)

a)

b)

c)

c)

d)

p7 1/13

ARE08 - Resumo Informação financeira | Habitação Social

Bragahabit, E.M.

Tipo de Arrendamento : Subarrendamento
 Zona urbana :
 Processo :
 Nome do Inquilino :
 Localidade Imóvel :

ANEXO B

Freguesia	Renda média de mercado	Nº Contratos da Bragahabit com Inquilinos	Contratos da Bragahabit a valores mercado Anuais	Contratos da Bragahabit - renda média social	Contratos da Bragahabit a valores sociais Anuais	Valor Indemnização Compensatória
Aveleda	217,50	2,00	5 220,00	83,50	2 004,00	3 216,00
Braga	311,93	1,00	3 743,16	21,00	252,00	3 491,16
Celeirós	252,00	1,00	3 024,00	144,00	1 728,00	1 296,00
Cividade	244,78	4,00	11 749,44	53,87	2 585,76	9 163,68
Dume	207,48	2,00	4 979,52	73,00	1 752,00	3 227,52
Ferrelros	242,55	16,00	48 589,60	104,96	20 152,32	28 437,28
Gualtar	202,00	1,00	2 424,00	51,00	612,00	1 812,00
Lomar	206,72	1,00	2 480,64	57,00	684,00	1 796,64
Maximinos	258,02	30,00	92 887,20	82,21	29 595,60	63 291,60
Máximinos	252,80	4,00	12 134,40	20,50	984,00	11 150,40
Mire de Tibaes	200,00	1,00	2 400,00	159,00	1 908,00	492,00
Nogueira	221,57	5,00	13 294,20	94,00	5 640,00	7 654,20
Real	244,78	8,00	28 434,08	74,77	8 075,16	18 358,92
S. Lázaro	260,78	45,00	140 821,20	110,23	59 524,20	81 297,00
S. Vitor	262,70	24,00	75 657,60	90,91	26 182,08	49 475,52
S. Vicente	254,31	11,00	33 568,92	131,18	17 315,76	16 253,16
Sé	244,06	18,00	52 716,98	114,33	24 695,28	28 021,68
Total	252,43	175,00	530 104,92	98,99	203 690,16	326 414,76

b) a) b) c) c) d)

ARE08 - Resumo Informação financeira | Habitação Social

Bragahabit, E.M.

Tipo de Arrendamento : Residência

Zona urbana :

Processo :

Nome do Inquilino :

Localidade imóvel :

ANEXO C

G. CASTRO
A. DIAS
S. G. DA

Freguesia	Renda média de mercado	Nº Contratos da Bragahabit com Inquilinos	Contratos da Bragahabit a valores mercado Anuais	Contratos da Bragahabit - renda média social	Contratos da Bragahabit a valores sociais Anuais	Valor Indemnização Compensatória
Gualtar	245,00	4,00	11 760,00	16,75	804,00	10 956,00
Lomar	184,08	4,00	8 835,84	5,25	252,00	8 583,84
S. Lázaro	279,00	4,00	13 392,00	28,75	1 380,00	12 012,00
S. Vitor	275,66	12,00	39 695,04	11,33	1 631,52	38 063,52
S. Vicente	270,83	15,00	48 749,40	13,13	2 363,40	46 386,00
Sé	238,38	9,00	25 745,04	19,33	2 087,64	23 657,40
Total	257,25	48,00	148 177,32	14,78	8 518,56	139 658,76

b) a) b) c) c) d)

b7
413
12



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

BRAGAHABIT – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA, E.M.

PARECER PRÉVIO SOBRE O CONTRATO-PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2019

Introdução

1. Para efeitos do art.º 25.º/n.º6/alínea c) da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer prévio sobre o valor do subsídio à exploração a receber pela **Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.**, do **Município de Braga**, com base no “Contrato-Programa” no valor de 1 100 000 euros para o exercício de 2019, cuja minuta se anexa (documento e respetivos anexos com doze páginas por nós rubricadas e carimbadas).
2. Este contrato programa, consubstanciado em subsídios ou outras transferências financeiras da entidade participante, é devido como contrapartida de obrigações assumidas pela entidade no âmbito de:
 - a) Competências atribuídas enquanto entidade do setor empresarial local, ao nível dos fogos de habitação social e do apoio ao arrendamento de fogos destinados a famílias carenciadas, bem como da conservação e manutenção dos edifícios que estão sob sua gestão;
 - b) Obrigações assumidas (i) por um lado, pela Bragahabit em matéria de disponibilização de habitação em condições de preços inferiores aos preços de mercado (medidos estes pelas “rendas de mercado” estabelecidas para os casos de arrendamento sem apoio social, quanto a prédios próprios e pelas rendas efetivamente pagas pela Bragahabit, para os casos em que recorre a prédios de terceiros) e, (ii) por outro lado, pela atribuição de apoios monetários a famílias carenciadas.



Responsabilidades

3. É da responsabilidade do conselho de administração da Bragahabit o cálculo do valor do subsídio à exploração com base nos pressupostos que lhe estão subjacentes, tendo em conta os objetivos propostos e as condicionantes legais.

4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a razoabilidade do cálculo do valor do referido subsídio à exploração, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incluindo designadamente os seguintes procedimentos:

- Análise de razoabilidade da informação de base ao apuramento dos parâmetros de cálculo da contrapartida económica;
- Verificação dos cálculos aritméticos subjacentes; e
- Revisão da consistência entre os dados quantitativos e a informação constante da minuta do Contrato Programa.

6. O cômputo do subsídio no montante supra referido assentou na quantificação das diferenças entre os valores das rendas a preços de mercado ajustado às condições reais de vetustez do parque imobiliário e o valor das rendas a cobrar dos beneficiados, tendo em conta o número de contratos previsível (à luz da experiência do passado) bem como no cômputo do valor global dos apoios monetários a atribuir, considerando o número previsível de casos em cada vertente de apoio – conforme vem expresso na minuta de Contrato Programa.

Em termos do valor efetivo do subsídio, foi acordado um montante abaixo do estimado com base nos pressupostos referidos e no nível de resultados previsíveis da entidade.

7. A minuta do contrato prevê a forma de avaliação dos graus de eficácia no cumprimento dos objetivos propostos e da eficiência na utilização dos recursos atribuídos em termos que, nas circunstâncias, nos parecem adequados.

277



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM SROC, LDA

Parecer

8. Com base no trabalho efetuado, podemos concluir que nada chegou ao nosso conhecimento que permita concluir ou indície que o valor do subsídio previsto não seja adequado à prossecução dos objetivos propostos.

9. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

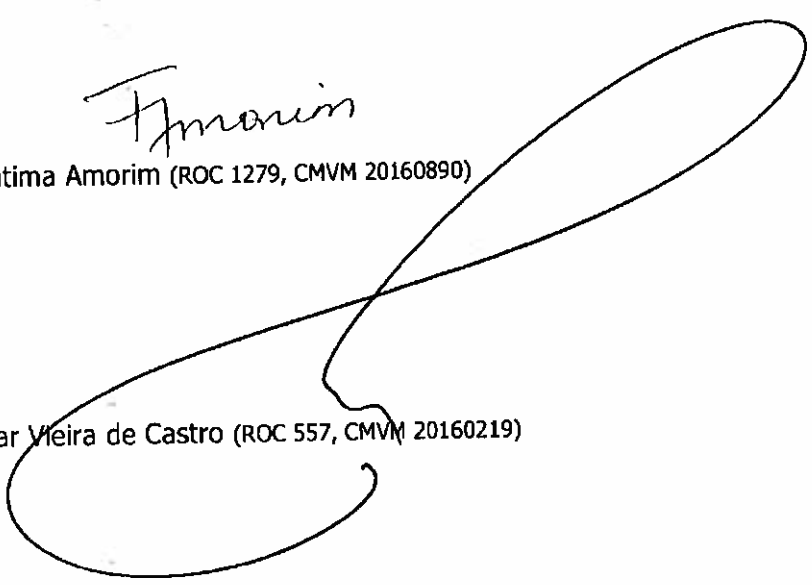
Braga, 12 de novembro de 2018.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

(SROC 153, CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, CMVM 20160890)



Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, CMVM 20160219)

Câmara Municipal de Braga
Ficha do Cabimento

N.Seq.: 36773

DELIB.: BH. EM - CP/2018

Serviço Requiritante: 10 Câmara Municipal

Organica: 0105 Ação Social

Económica: 04010101 Empresas públicas municipais e intermunicipais

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

232 AÇÃO SOCIAL

2017/19 Contrato-Programa com a Bragahabit, EM

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 1 100 050,00

Cabimentado: 1 100 001,00

Saldo: 49,00

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		N. Seq.	Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções		Documento	Valor		
05/12/2018	19050					1,00		1,00 CONTRATO PROGRAMA COM A EMPRESA MUNICIPAL BRAGAHABIT, E.M., PARA O ANO 2019

Ficha do Compromisso

N.Seq.: 40936

DOC.GENER: BH. EM - CP/2018

Serviço Requisitante: 10 Câmara Municipal

Cabimento prévio: DELIB.: BH. EM - CP/2018

Contrato:

Entidade: 10496 Bragahabit - Empresa de Municipal de Habitação de Braga, EM

NIF: 504537784

Orgânica: 0105 Ação Social

Económica: 04010101 Empresas públicas municipais e intermunicipais

GOP: 02 FUNÇÕES SOCIAIS

232 AÇÃO SOCIAL

2017/19 Contrato Programa com a Bragahabit, EM

Data	Nº Lanç.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
05/12/2018	21201	1,00				1,00		CONTRATO PROGRAMA COM A EMPRESA MUNICIPAL BRAGAHABIT, E.M., PARA O ANO 2019
05/12/2018	21202					1,00	1 099 999,00	

Câmara Municipal de Braga

Comprovativo de Fundos Disponíveis

N.Seq.: 40936

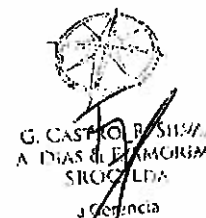
DOC.GENER: BH. EM - CP/2018

Serviço Requisitante: 10 Câmara Municipal

Entidade: 10496 Bragahabit - Empresa de Municipal de Habitação de Braga, EM

Data	Período de Liquidação	2018		Anos Seguintes				Justificação (para Fundo Indisponível ou Exceção aos Fundos)
		F. Disponível	Valor	F Disp após	2019	2020	2021	
05/12/2018	dezembro	8 952 264,82	1,00	8 952 263,82				
05/12/2018	janeiro	0,00		-1 099 999,00	1 099 999,00			

MINUTA DO CONTRATO - PROGRAMA - 2019



ENTRE

MUNICÍPIO DE BRAGA, NIPC 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, representado pelo presidente da câmara municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado** Rio.-----

E IB - AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA, E.M. (InvestBraga), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o n.º 504 807 706/NIPC, com sede na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), 4715-558 Braga, com o capital estatutário de cento e setenta e cinco mil euros, representada por **Carlos Duarte Oliveira e Silva** como segundo outorgante, na qualidade de administrador, com poderes para o contrato, conforme a Ata n.º 62/2018 do conselho de administração, que se arquiva.-----

É celebrado o presente contrato programa, ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com as alterações vigentes, que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

CLÁUSULA 1.ª

(Âmbito do Contrato-Programa)

—O presente contrato-programa tem por objeto estabelecer as condições a que as partes se obrigam para a realização dos objetivos programados no que respeita à promoção do desenvolvimento económico, e de atividades culturais, desportivas e recreativas nas instalações da InvestBraga durante o ano de 2019.-----

CLÁUSULA 2.ª

(Obrigações da InvestBraga)

-----A InvestBraga no âmbito da atividade de dinamização económica e atração de investimento que é uma das áreas estruturantes da sua atividade e que tem como principal foco procurar atrair investidores e empreendedores que valorizem e cresçam a atividade económica da região com:-----

- a instalação de novas empresas nos diferentes setores de atividade, na indústria, no comércio, nos serviços ou mesmo no setor primário, que valorizem o investimento local e promovam o crescimento do VAB e do emprego na região;-

A handwritten signature in the bottom right corner of the page.



G. CASTRO, B. SILVA,
M. F. AMORIM,
SROG, LDA
Referência

- promover o desenvolvimento de novas atividades económicas, de alto valor acrescentado, que potenciem o crescimento do PIB da região, as exportações e o emprego qualificado;-----
- promover o desenvolvimento de atividades económicas já existentes, em setores chave do Concelho, procurando promover a inovação das atividades com forte know how na região (subir na escala de valor com produtos e serviços de maior valor acrescentado);-----
- acompanhar/monitorizar a implementação do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Económico; -----

KPIs da atividade de Dinamização Económica e Atração de Investimento

1	Projetos agilizados no espaço do investidor	n.º	100
2	Investimentos relevantes realizados por investidores locais, nacionais e internacionais (dimensão superior a 50 postos de trabalho)	n.º	10
3	Reuniões de promoção Invest in Braga com empresas com potencial de investimento	n.º	50
4	Visitas de embaixadores a Braga	n.º	6
5	Visitas às empresas locais de referência	n.º	4
6	Atribuição do título de Embaixador Empresarial de Braga a empresários de referência	n.º	2

-----A InvestBraga no âmbito da atividade de desenvolvimento do ecossistema empreendedor, outra das áreas estruturantes da sua atividade, compromete-se a:-----

- apoiar o desenvolvimento de Startups com ambição internacional e elevado potencial de crescimento que atuem em área com referências fortes no ecossistema regional forte como é o caso da Economia Digital, Tecnologias Médicas e Nanotecnologia;
- orquestração e dinamização do ecossistema de empreendedorismo local através da promoção de sinergias entre as várias entidades da Rede Startup Braga;
- reforço da aposta na especialização das áreas de atuação da Startup Braga, de forma a criar diferenciação e valor a partir das vantagens comparativas e competitivas da região.
- alavancar a expansão internacional das Startups apoiadas através do estreitar de relações com outros ecossistemas;

KPI's da atividade da StartUp Braga

1	Startups apoiadas (n. acumulado)	n.º	160
2	Startups incubadas (n. acumulado)	n.º	60
3	Investimento angariado pelas Startups	n.º	28,5M€
4	Participação de Startups em eventos, programas e iniciativas internacionais	n.º	50
5	Startups com presença ativa em mercados internacionais	n.º	20

----- Para a concretização dos objetivos da atividade de dinamização económica e atração de investimento e dinamização do empreendedorismo a CMB contribuirá com um subsídio de 287.300,00 Euros.-----

-----No plano cultural a InvestBraga obriga-se a promover com a colaboração do pelouro da Cultura da C. M. Braga, a realização da Feira do Livro e, designadamente, o seu programa cultural, que visa a promoção do livro e da leitura junto dos munícipes, em geral, e das camadas estudantis, em particular. A contrapartida para esta atividade será de 32 000,00 Euros.-----

-----A InvestBraga facultará os serviços de apoio e espaços no Parque de Exposições de Braga à Companhia de Teatro de Braga para dinamização da sua atividade, mediante a contrapartida de 20.034,00 Euros.-----

CLÁUSULA 3.ª

(Obrigações da CMB)

-----Pela prossecução dos objetivos setoriais citados na CLÁUSULA 2 e respeitantes ao ano de 2019, a CMB obriga-se a atribuir à InvestBraga um subsídio de exploração no montante de 339 334,00 Euros (trezentos e trinta e nove mil trezentos e trinta e quatro euros), com pagamento mensal, em valor proporcional ao contrato.-----

CLÁUSULA 4.ª

(Cabimento e Compromisso)

-----A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato-programa, a realizar no atual ano económico, é a seguinte:
----- do Orçamento do Município de Braga em vigor, como consta das

informações de cabimento n.º _____ e de compromisso n.º _____, ambas de _____.

G. CASTRO, R. SILVA
A. DIAS S. AMORIM
SROG, LDA
a Gerência

CLÁUSULA 5.º

(Início e duração do Contrato)

-----O presente contrato vigorará durante o ano de 2019, tendo a respetiva minuta sido aprovada pela Assembleia Municipal, na reunião de XX de Dezembro de 2018, sob proposta do respetivo órgão executivo aprovada na reunião de XX do referido mês de Dezembro.-----

CLÁUSULA 6.º

(Resolução)

-----O incumprimento por uma das partes, das obrigações assumidas no âmbito do presente contrato, poderá dar origem à sua resolução imediata por iniciativa do cumpridor.-----

CLÁUSULA 7.º

(Disposições Finais)

-----Em tudo quanto não estiver aqui expressamente previsto, são aplicáveis as disposições legais que regulamentam este tipo de contrato.-----

-----Este contrato-programa vai ser assinado pelas partes depois de o acharem conforme.-----

Braga, 30 de Dezembro de 2018.-----

PELO MUNICÍPIO DE BRAGA,

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio

PELA INVESTBRAGA,

Carlos Duarte Oliveira e Silva

CONTRATO - PROGRAMA - 2019

ENTRE

MUNICÍPIO DE BRAGA, NIPC 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, representado pelo presidente da câmara municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**.-----

E **IB - AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA, E.M. (InvestBraga)**, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o n.º 504 807 706/NIPC, com sede na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), 4715-558 Braga, com o capital estatutário de cento e setenta e cinco mil euros, representada por **Carlos Duarte Oliveira e Silva** como segundo outorgante, na qualidade de administrador, com poderes para o contrato, conforme a Ata n.º 47/2017 do conselho de administração, que se arquivou.-----

É celebrado o presente contrato programa, ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com as alterações vigentes, que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

CLÁUSULA 1.ª

(Âmbito do Contrato-Programa)

-----O presente contrato-programa tem por objeto estabelecer as condições a que as partes se obrigam para a realização dos objetivos programados no que respeita à promoção do desenvolvimento económico, e de atividades culturais, desportivas e recreativas nas instalações da InvestBraga durante o ano de 2019.-----

CLÁUSULA 2.ª

(Obrigações da InvestBraga)

-----A InvestBraga no âmbito da atividade de dinamização económica e atração de investimento que é uma das áreas estruturantes da sua atividade e que tem como principal foco procurar atrair investidores e empreendedores que valorizem e cresçam a atividade económica da região com:-----

- a instalação de novas empresas nos diferentes setores de atividade, na indústria, no comércio, nos serviços ou mesmo no setor primário, que valorizem o investimento local e promovam o crescimento do VAB e do emprego na região;-

- promover o desenvolvimento de novas atividades económicas, de alto valor acrescentado, que potenciem o crescimento do PIB da região, as exportações e o emprego qualificado;-----
- promover o desenvolvimento de atividades económicas já existentes, em setores chave do Concelho, procurando promover a inovação das atividades com forte know how na região (subir na escala de valor com produtos e serviços de maior valor acrescentado);-----
- acompanhar/monitorizar a implementação do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Económico; -----

KPI's da atividade de Dinamização Económica e Atração de Investimento

1	Projetos agilizados no espaço do investidor	n.º	100
2	Investimentos relevantes realizados por investidores locais, nacionais e internacionais (dimensão superior a 50 postos de trabalho)	n.º	10
3	Reuniões de promoção <i>Invest in Braga</i> com empresas com potencial de investimento	n.º	50
4	Visitas de embaixadores a Braga	n.º	6
5	Visitas às empresas locais de referência	n.º	4
6	Atribuição do título de Embaixador Empresarial de Braga a empresários de referência	n.º	2

-----A InvestBraga no âmbito da atividade de desenvolvimento do ecossistema empreendedor, outra das áreas estruturantes da sua atividade, compromete-se a:-----

- apoiar o desenvolvimento de Startups com ambição internacional e elevado potencial de crescimento que atuem em área com referências fortes no ecossistema regional forte como é o caso da Economia Digital, Tecnologias Médicas e Nanotecnologia;
- orquestração e dinamização do ecossistema de empreendedorismo local através da promoção de sinergias entre as várias entidades da Rede Startup Braga;
- reforço da aposta na especialização das áreas de atuação da Startup Braga, de forma a criar diferenciação e valor a partir das vantagens comparativas e competitivas da região.
- alavancar a expansão internacional das Startups apoiadas através do estreitar de relações com outros ecossistemas;

KPI's da atividade da StartUp Braga

1	Startups apoiadas (n. acumulado)	n.º	160
2	Startups incubadas (n. acumulado)	n.º	70
3	Investimento angariado pelas Startups	n.º	30M€
4	Participação de Startups em eventos, programas e iniciativas internacionais	n.º	50
5	Startups com presença ativa em mercados internacionais	n.º	20

----- Para a concretização dos objetivos da atividade de dinamização económica e atração de investimento e dinamização do empreendedorismo a CMB contribuirá com um subsídio de 287.300,00 Euros.-----

-----No plano cultural a InvestBraga obriga-se a promover com a colaboração do pelouro da Cultura da C. M. Braga, a realização da Feira do Livro e, designadamente, o seu programa cultural, que visa a promoção do livro e da leitura junto dos munícipes, em geral, e das camadas estudantis, em particular. A contrapartida para esta atividade será de 32 000,00 Euros.-----

-----A InvestBraga facultará os serviços de apoio e espaços no Parque de Exposições de Braga à Companhia de Teatro de Braga para dinamização da sua atividade, mediante a contrapartida de 20.034,00 Euros.-----

CLÁUSULA 3.ª

(Obrigações da CMB)

-----Pela prossecução dos objetivos setoriais citados na CLÁUSULA 2 e respeitantes ao ano de 2019, a CMB obriga-se a atribuir à InvestBraga um subsídio de exploração no montante de 339 334,00 Euros (trezentos e trinta e nove mil trezentos e trinta e quatro euros), com pagamento mensal, em valor proporcional ao contrato.-----

CLÁUSULA 4.ª

(Cabimento e Compromisso)

-----A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato-programa, a realizar no atual ano económico, é a seguinte:
_____ do Orçamento do Município de Braga em vigor, como consta das

informações de cabimento n.º _____ e de compromisso n.º _____, ambas de ____ de _____.

CLÁUSULA 5.º

(Início e duração do Contrato)

-----O presente contrato vigorará durante o ano de 2019, tendo a respetiva minuta sido aprovada pela Assembleia Municipal, na reunião de XX de Dezembro de 2018, sob proposta do respetivo órgão executivo aprovada na reunião de XX do referido mês de Dezembro.

CLÁUSULA 6.º

(Resolução)

-----O incumprimento por uma das partes, das obrigações assumidas no âmbito do presente contrato, poderá dar origem à sua resolução imediata por iniciativa do cumpridor.

CLÁUSULA 7.º

(Disposições Finais)

-----Em tudo quanto não estiver aqui expressamente previsto, são aplicáveis as disposições legais que regulamentam este tipo de contrato.

-----Este contrato-programa vai ser assinado pelas partes depois de o acharem conforme.

Braga, 30 de Dezembro de 2018.

PELO MUNICÍPIO DE BRAGA,

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio

PELA INVESTBRAGA,

Carlos Duarte Oliveira e Silva



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

IB – AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA, E.M.

PARECER PRÉVIO SOBRE O CONTRATO-PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2019

Introdução

1. Para os efeitos do art.º 25.º/n.º 6/alínea c) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer prévio sobre o valor do subsídio à exploração a receber pela entidade **IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M.** adiante designada por **InvestBraga**, do **Município de Braga** com base no “Contrato Programa” no valor de 339 334 euros para o exercício de 2019, cuja minuta se anexa (documento com quatro páginas por nós rubricadas e carimbadas).
2. Estes subsídios à exploração são devidos pelo Município de Braga como contrapartida de obrigações assumidas pela entidade quanto a:
 - a) No quadro das suas atribuições enquanto entidade do setor empresarial local, procurar atrair investidores e empreendedores que valorizem e incrementem a atividade económica da região, criando condições para a instalação de novas empresas e para a promoção de novas atividades e desenvolvimento das já existentes;
 - b) Em colaboração com o Pelouro da Cultura do Município de Braga, apoiar a realização da Feira do Livro e disponibilizar os serviços de apoio e espaços no Parque de Exposições de Braga à Companhia de Teatro de Braga para a dinamização da sua atividade.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do conselho de administração da InvestBraga o cálculo do valor do subsídio à exploração com base nos pressupostos que lhe estão subjacentes, tendo em conta os objetivos propostos e as condicionantes legais.

4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a razoabilidade do cálculo do valor do referido subsídio à exploração, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incluindo designadamente os seguintes procedimentos:

- Análise de razoabilidade da informação de base ao apuramento dos parâmetros de cálculo da contrapartida económica;
- Verificação dos cálculos aritméticos subjacentes; e
- Revisão da consistência entre os dados quantitativos e a informação constante da minuta do Contrato Programa.

6. A minuta do contrato prevê a forma de avaliação dos graus de eficácia no cumprimento dos objetivos propostos e da eficiência na utilização dos recursos atribuídos, traduzida em KPI's para as principais áreas de atuação da entidade e em termos que, nas circunstâncias, nos parecem adequados.

Parecer

7. Com base no trabalho efetuado, considerar que nada chegou ao nosso conhecimento que permita concluir, ou indície, que o valor do subsídio previsto não seja adequado à prossecução dos objetivos propostos. Ainda assim, consideramos que os montantes apresentados pela entidade carecem de uma maior fundamentação e de documentação de suporte, que permitam aferir da sua razoabilidade.

8. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos, e as variações poderão ser materialmente relevantes.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Braga, 20 de novembro de 2018.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

(SROC 153, CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, CMVM 20160219)

Câmara Municipal de Braga
Ficha do Cabimento

N.Seq.: 36768

DELIB.: DEL.EM:CP/2018

Serviço Requiritante: 10 Câmara Municipal

Organica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 04010101 Empresas públicas municipais e intermunicipais

GOP: 03 FUNÇÕES ECONÓMICAS

35 OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS

2017/4 Contrato programa com a IB - Agência para a dinamização económica, EM

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 909 734,00

Cabimentado: 905 754,23

Saldo: 3 979,77

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lanç.	Valores		Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções	N. Seq.	Documento		

05/12/2018 19043

1,00

1,00 CONTRATO PROGRAMA COM A EMPRESA IB - AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA, E M PARA O ANO 2019

Câmara Municipal de Braga

Ficha do Compromisso

N.Seq.: 40933

DOC.GENER: DEL.EM:CP/2018

Serviço Requiritante: 10 Câmara Municipal

Cabimento prévio: DELIB.: DEL.EM:CP/2018

Contrato:

Entidade: 10444 IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.
NIF: 504807706

Orgânica: 0102 Câmara Municipal
Económica: 04010101 Empresas públicas municipais e intermunicipais

GOP: 03 FUNÇÕES ECONÓMICAS
35 OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS
2017/4 Contrato programa com a IB - Agência para a dinamização económica, EM

Data	Nº Lanç.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
05/12/2018	21196	1,00				1,00		CONTRATO PROGRAMA COM A EMPRESA IB - AGÊNCIA PARA A DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA, E.M. PARA O ANO 2019
05/12/2018	21198					1,00	339 333,00	

Câmara Municipal de Braga

Comprovativo de Fundos Disponíveis

N.Seq.: 40933

DOC.GENER: DEL.EM:CP/2018

Serviço Requisitante: 10 Câmara Municipal

Entidade: 10444 IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.

Data	Período de Liquidação	2018		Anos Seguintes				Justificação (para Fundo Indisponível ou Exceção aos Fundos)
		F. Disponível	Valor	F Disp após	2019	2020	2021	
05/12/2018	dezembro	8 951 867,68	1,00	8 951 866,68				
05/12/2018	janeiro	0,00		-339 333,00	339 333,00			